



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14043 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

PROGRAMAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ESTADO DO AMAZONAS

Kelson Oliveira da Rocha - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

Jocelena Gois Leão - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

PROGRAMAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ESTADO DO AMAZONAS

Resumo: O presente resumo expandido objetiva apresentar os programas e os cursos para Formação de Professores Indígenas nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Amazonas entre os anos de 2000 e 2020. Foram utilizadas como forma de coleta de dados a pesquisa bibliográfica em teses, dissertações, livros e artigos além da legislação pertinente que fundamentam a criação desses programas. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) ofertaram em seu quadro sete cursos específicos para formar professores em nível superior em pedagogias e licenciaturas interculturais indígenas por três diferentes programas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Formação de Professores Indígenas, Programas Formadores.

Introdução

Falar em formação de professores indígenas é desvelar enormes desafios da educação escolar indígena após a chegada dos colonizadores em 1500. Maher (2006) destaca que a

educação escolar indígena pode ser dividida em dois paradigmas: *Paradigma Assimilacionista* e *Paradigma Emancipatório*. O primeiro surge como forma de apagamento cultural, para que os indígenas renunciassem suas línguas, crenças e que assimilassem os padrões da sociedade nacional. Por décadas, estavam à frente do processo educacional pessoas não-indígenas, reproduzindo esses modelos colonialistas.

Os debates para que fossem indígenas os formadores de outros indígenas, começam a ser desenvolvidos entre as décadas de 1970/1980, por meio dos movimentos indígenas, juntamente com as demais reivindicações indígenas por terra, saúde e uma educação própria. Neste período também se inicia o Paradigma Emancipatório apresentado por Maher (2006).

Diferente das Constituições anteriores, a Constituinte de 1988 garante aos povos indígenas o uso de suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988, Art. 231). Posteriormente, outras legislações e orientações são publicadas para concretizar uma educação escolar própria e a formação desses profissionais indígenas para concretizar uma educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, específica, comunitária, intercultural para as escolas indígenas.

A chegada do século XXI, são formulados os primeiros cursos para formação de professores indígenas em diferentes Estados da federação tendo a Universidade do Estado de Mato grosso (UNEMAT) como pioneira nesta formação a nível superior no ano de 2001. O Estado do Amazonas oferta seu primeiro curso por intermédio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no ano de 2004, as demais instituições públicas do Amazonas – Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Instituto Federal do Amazonas (IFAM) – formulam projetos para criação de cursos específicos para formação de professores indígenas em anos decorrentes.

Diante do exposto, o trabalho busca responder a seguinte questão problema: Quais os programas e cursos específicos oferecidos no Estado do Amazonas para formação de professores indígenas entre os anos de 2000 e 2020?

O presente resumo expandido apresenta o recorte de uma pesquisa em andamento que objetiva compreender a formação de professores indígenas no contexto da educação escolar indígena no Estado do Amazonas. A pesquisa é de abordagem qualitativa e se caracteriza como pesquisa bibliográfica e documental, ancorada na abordagem de Maria Oliveira (2007). O referencial teórico está apoiado na literatura de autores como Melo (2008) Maher (2006) e outros, bem como a legislação brasileira sobre a educação escolar indígena.

Formação de professores indígenas no Estado do Amazonas

A criação dos cursos específicos para formação de professores indígenas a nível superior, começam a ser formulados para atender diferentes demandas e reivindicações dos povos indígenas. Entre eles, romper com o paradigma que, na vanguarda do processo

educacional, estavam atores não-indígenas que reproduziam os modelos colonialistas de negação das culturas indígenas. Outro fator é a problemática de indígenas que precisavam optar em terminar o ensino básico em comunidades longínquas das suas originárias e ou em grandes centros urbanos, visto que a formação de professores indígenas inicialmente ocorria em cursos de magistério e que permitia a atuação desses profissionais apenas nas séries iniciais da educação básica.

Segundo Gersem Baniwa (2019)

O êxodo indígena, além de inflar demograficamente os centros urbanos, aprofunda os seus problemas sociais, agrava a violência e a pobreza e esvazia as comunidades indígenas, dificultando ainda mais a organização e estruturação dos serviços de atendimento público principalmente no campo da educação e da saúde, na medida em que o atendimento se torna mais caro em função do número de alunos por professor/escola (2019, p.19)

O primeiro programa a formar professores indígenas no Amazonas foi o Programa de Formação de Docentes – Rede Pública (PEFD-RP) com o curso de Ciências Naturais do Instituto de Ciências Biológicas com os Professores do povo Sateré-Mawé ofertado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no ano de 2004, em parceria com a Prefeitura de Maués com financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) (MELO, 2008). Este foi o único curso específico oferecido pelo Instituto de Ciências Biológicas (ICB) para formação de professores indígenas.

Os demais cursos específicos para formação de professores indígenas no Estado do Amazonas foram oferecidos por intermédio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) e do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Por vias do Edital nº 05 de 29 de junho de 2005, Edital nº 03 de 24 de junho de 2005 e o Edital nº 08 de 27 de abril de 2009 as instituições públicas de ensino superior aprovam quatro cursos específicos. São eles: Curso de Licenciatura para professores Indígenas do Alto Solimões (UEA), Licenciatura para Formação de Professores Indígenas Mura da Faculdade de Educação (FACED/UFAM), Curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS/UFAM) e o curso Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) no Campus de São Gabriel da Cachoeira/AM.

O primeiro curso específico aprovado pela UEA foi oferecido para o povo Ticuna no município de Benjamin Constant entre os anos de 2006 e 2011. Este foi o único curso que a instituição desenvolveu por intermédio dos recursos do PROLIND (Edital nº05/2005). Os demais cursos da Instituição foram desenvolvidos por intermédio do PARFOR: Pedagogia Intercultural Indígena no município de São Paulo de Olivença entre e o curso de Pedagogia

Intercultural Indígena ofertado no Município de Atalaia do Norte.

A UFAM foi a única Instituição Pública de Ensino Superior a aprovar cursos em todos os editais do PROLIND. Entre os cursos está o Formação de Professores Indígenas da FACED/UFAM. O curso ofertou diferentes turmas em diferentes municípios do Estado do Amazonas desde o ano de 2008, quando teve início a primeira turma para o Povo Mura no município de Autazes/AM. Outras turmas foram oferecidas nos Municípios de Borda/Manaus (Turma Munduruku), Maués/Maués (Turma Sateré-Mawé), Manaus (Turma Médio Solimões), São Gabriel da Cachoeira (Turma Alto Rio Negro), Benjamin Constant (Turma alto Solimões), Lábrea (Turma Purus-Madeira) e Manicoré (Turma Madeira-Manicoré).

O IFCHS/UFAM aprova por meio do Edital nº 08/2009 o curso Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais. Foram oferecidos por meio deste curso três Turmas Regulares (Turma Nheengatu, Turma Tukano e Turma Baniwa) e três Turmas Especiais (Turma Yanomami, Turma Nheengatu e Turma Sateré-Mawé) no Campus de São Gabriel da Cachoeira (UFAM, 2017).

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) também aprovou no ano de 2009 o projeto para criação do curso Licenciatura Intercultural Indígena. Porém, não obtivemos mais informações referente ao curso ofertado pela instituição.

Considerações Finais

As lutas e reivindicações dos cursos para formação de professores indígenas a nível superior são primordiais para enfrentar diferentes problemas nas comunidades indígenas, entre os quais está a necessidade de deslocamento para frequentar e concluir a educação básica, eclodindo outros problemas. As diferentes universidades públicas do Amazonas somam para levar a formação específica para os diferentes povos na capital e interior do Estado. Porém, um grande percurso precisa ser percorrido para efetivação desses cursos para todos os estado e povos presentes no Estado.

Faz-se necessário a criação de cursos regulares das próprias Instituições de Ensino Superior para enfrentamento de falta de criação de novas turmas para formação de professores indígenas para atuação em escolas indígenas para os diferentes povos do Estado a sua ampliação para os municípios que ainda não receberam esta formação específica.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Mórula, Laced. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de professores Indígenas: uma discussão

introdutória. In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade, P. 39-68. 2006.

SANTOS, Jonise Nunes. Políticas Linguísticas e Docência Indígena no Estado do Amazonas. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras. Belém, 2022.

UFAM. Curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – Turma Nheengatu. Instituto de Filosofia, Ciências